

**DESIIS na AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.449 - DF (2019/0112898-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AUTOR** : **JOSÉ VIEIRA ALVES**  
**ADVOGADOS** : **MIGUEL RODRIGUES NUNES NETO - DF025558**  
 : **PAULO HENRIQUE BURJACK VIEIRA - DF040220**  
 : **ADEMAR SILVA DE VASCONCELOS - DF016904**  
**RÉU** : **CBR 011 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**RÉU** : **RATTACASO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

**DECISÃO**

Trata-se de petição interposta por JOSÉ VIEIRA ALVES em que registra ciência da decisão proferida às fls. 217/222 (e-STJ), declara desistência do feito, bem como requer a restituição do depósito realizado.

É o relatório.

Decido.

Perante esta Corte Superior foi ajuizada a presente ação rescisória (art. 966, V, do CPC/2015) com pedido de tutela provisória, ajuizada por JOSÉ VIEIRA ALVES, para rescindir decisão monocrática proferida nos autos do AREsp n. 1.265.614/DF, da relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva.

Indeferiu-se liminarmente a ação (e-STJ fls. 217/222).

O art. 974, parágrafo único, do CPC/2015 prevê a reversão do depósito em favor do réu na hipótese de decisão unânime de inadmissibilidade ou improcedência do pedido da ação rescisória, hipótese não configurada nos autos.

No presente caso, monocraticamente indeferiu-se a rescisória.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. DECISÃO MONOCRÁTICA. DEPÓSITO INICIAL. DEVOUÇÃO AO AUTOR. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. MAJORAÇÃO.

1. Extinta a rescisória sem resolução do mérito, por decisão singular do relator, o depósito inicial dado em garantia da multa deve ser restituído ao autor.

2. Em não havendo condenação, os honorários advocatícios devem ser fixados de forma equitativa, com base nos parâmetros estabelecidos nas alíneas a, b e c do art. 20, § 3º, do CPC.

3. Agravos regimentais parcialmente providos.

(AgRg nos EDcl na AR n. 3.915/RJ, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/2/2014, DJe 17/2/2014.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA. DEPÓSITO PREVISTO NO ARTIGO 488, INCISO II, DO CPC. DESTINAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. DEVOUÇÃO PARA O AUTOR DEPOSITANTE. AGRAVO REGIMENTAL POSTERIORMENTE INTERPOSTO PELO AUTOR. JULGAMENTO UNÂNIME PELO ÓRGÃO COLEGIADO,

# *Superior Tribunal de Justiça*

NO SENTIDO DE NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. ART. 494 DO CPC. CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM FAVOR DA PARTE RÉ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITOS INTEGRATIVOS.

1. Na ação rescisória, a perda do depósito inicial em favor do réu depende de existência de julgamento colegiado unânime em seu desfavor, ante os expressos termos da lei e a orientação firmada pelo STF e o STJ, e não importando o fato de ter havido contestação. (AgRg na AR 4082/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/06/2010, DJe 01/02/2011)

2. No caso, o autor interpôs agravo regimental em face da decisão monocrática que julgou extinto o processo sem julgamento de mérito, tendo o órgão colegiado negado provimento, de forma unânime, ao referido recurso. Assim, tendo ocorrido julgamento colegiado unânime, o depósito prévio, de fato, deve ser revertido à parte ré.

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos integrativos à decisão embargada, para permitir o levantamento do depósito prévio pelo réu da ação rescisória. (EDcl no AgRg no AgRg na AR n. 4.083/TO, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/8/2014, DJe 19/8/2014.)

Diante do exposto, DEFIRO, após o trânsito em julgado da presente decisão, o pedido de restituição ao autor do depósito realizados à fl. 227 (e-STJ).

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator